

MESA 2-3

OS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO MUNDO DO TRABALHO

Juliana Franchi da Silva
Rozelaine Rubia Bueno D' Almeida
Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

RESUMO: Ocorreu mudanças profundas nas últimas décadas do século XX. A globalização na sua fase atual nada mais é do que um processo de aceleração capitalista. Juntamente com as mudanças velozes e complexas ocorridas pelo processo da globalização, o desemprego passou a contribuir cada vez mais para alterar o contexto das sociedades. As mudanças em relação ao mercado de trabalho são drásticas, tanto em países desenvolvidos como em países mais atrasados ou em desenvolvimento. Desse modo, os trabalhadores são excluídos do processo de trabalho e como o capital vem mantendo sua hegemonia sobre as condições materiais postas no âmbito do trabalho, suas conseqüências incidem diretamente sobre os trabalhadores ou pessoas menos favorecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, trabalho, desemprego, precarização.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, ocorre no mundo toda uma profunda revolução que atinge com inusitada velocidade o dia-a-dia das pessoas e as formas de existência dos Estados. Ocorre uma rearticulação das relações de poder, da divisão internacional do trabalho e da riqueza, das regulações que determinam o grosso do relacionamento entre países, regiões ou blocos de países. As estruturas da época da Guerra Fria desapareceram e são substituídas por um novo ordenamento, em nível mundial interno de cada país. Novas regras mais abertas, de circulação de mercadorias e serviços, sob a coordenação de uma nova entidade - a Organização Mundial do Comércio (OMC) - com mais poder, novas

formas de propriedade intelectual, redução do poder dos Estados nacionais mais fracos na definição de suas políticas e a própria flexibilização de fronteiras nacionais como fator de poder e de soberania destes mesmos Estados.

A abertura econômica foi considerada uma tendência mundial. Nos países do Mercosul, o aumento significativo de empresas transnacionais, a intensificação dos fluxos de capitais estrangeiros fizeram parte dessa tendência. O comércio global do Mercosul expandiu em direção a todas as partes, e não somente dentro do bloco sub-regional. Alcançou-se um progresso substancial com o fortalecimento da estrutura reguladora para uma maior integração global (Segundo Cruz (1998), o Mercosul (Mercado Comum do Sul) surgiu pela tendência mundial segmentada em blocos regionais e impulsionado pelo processo de globalização, que teve como instrumento básico de seu acordo o Tratado de Assunção, firmado entre os Estados partes, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai em 26 de março de 1991 e promulgado, no caso brasileiro, pelo presidente da república, em 21 de novembro de 1991 pelo Dec. n.350, publicado pelo Diário Oficial de 22 de novembro de 1991 as ratificações necessárias e com objetivo de expandir o processo de integração, a Cooperação e o Desenvolvimento dos Estados citados e no futuro, os Estados sul-americanos que possam se interessar pelo Mercado Comum.

Para Supper (1998), entre 1990 e 1995 no que se refere a investimentos e comércio efetivo, os países da América Latina possuem fortes ligações com as economias européias, embora as exportações tenham desenvolvido pouco dinamismo devido a recessão naquele continente. As condições estruturais aperfeiçoadas aumentaram as oportunidades para a participação dos países latino-americanos no processo de globalização de várias formas, em particular na liberalização autônoma de longo alcance das condições de operação, comércio e investimento.).

Entretanto, os reflexos negativos da globalização resultam das características próprias do sistema. É próprio do capital preocupar-se predominantemente com o capital e o lucro. Em uma etapa de domínio mundial do capital, com crescente liberdade de ação até o limite de suas possibilidades, o resultado negativo mais perverso, mesmo sem intenções malignas, é de um lado, a concentração de riqueza e o fortalecimento de uma elite internacional beneficiária do novo padrão de desenvolvimento e, de outro lado, o agravamento dos custos sociais, com o aumento do desemprego, da pobreza e da miséria.

As implicações destas atuais transformações para os países em desenvolvimento, como os países integrantes do Mercosul, ainda não são totalmente claras. Estes países, providos da expectativa de obter maior integração com o mercado mundial e sob pressão dos países mais avançados e de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, abriram suas fronteiras comerciais, privatizaram suas empresas estatais e promoveram uma desregulamentação das atividades econômicas, particularmente facilitando o acesso de empresas multinacionais a seus mercados internos. A expectativa de que a entrada maciça de capital estrangeiro pudesse acelerar a difusão das novas tecnologias, juntamente com a integração destes países com um mercado global, não vingou e a crise social piorou.

2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NOS PAÍSES DO MERCOSUL (ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI E URUGUAI): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Todas as revoluções industriais (Primeira Revolução Industrial, Segunda Revolução Industrial e Terceira Revolução industrial.) na maioria das vezes, possibilitaram o aumento da produtividade do trabalho e, em conseqüência, causaram desemprego tecnológico. Os deslocamentos foram grandes, milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitiram obter, com menores custos, os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta da mão humana.

Com o surgimento da Terceira Revolução Industrial (De acordo com Prieb (2002), faz-se importante observar que Tavares não considera a Terceira Revolução Industrial como uma verdadeira Revolução Industrial, pois as modificações introduzidas não seriam amplas o suficiente para tal.) e da reestruturação mundial do capitalismo, realizou-se a ruptura do antigo paradigma industrial e tecnológico, o rompimento do compromisso social e das relações econômicas, sociais e políticas. O Capital reestruturado sob dominância financeira reverteu o período de realinhamento da relação capital/trabalho e abalou o trabalho organizado que sofreu transformações e perdeu parte de seu poder político, de representação e de conflitualidade.

A manifestação de um novo padrão de industrialização formado sob a ofensiva do capital reestruturado tem favorecido a concorrência internacional, maior concentração e expansão de empresas oligopolísticas, multiindustriais, transnacionais e com múltiplas atividades (produtivas e financeiras). Empresas que por um lado, favoreceriam a redução do poder político, macroeconômico e dos recursos dos estados e ampliariam as incertezas monetária e financeira no marco da desestruturação da ordem econômica internacional. A emergência da Terceira Revolução Industrial teria gerado um novo trabalhador, rompendo com as diferentes formas de defesas ou segurança do trabalho geradas no pós-guerra.

O desemprego surge como uma conseqüência das mudanças velozes e complexas ocorridas pelo processo da globalização. Tanto em países desenvolvidos como em países mais atrasados ou em desenvolvimento, os trabalhadores são excluídos do processo de trabalho. Isso reflete a pouca ou nenhuma qualificação em relação as necessidades colocadas pelo mercado de trabalho, excluindo também alguns que tiveram sua qualificação ultrapassada em relação ao contexto substancialmente delineado pelas constantes inovações impostas pela tecnologia. E como o capital tem conseguido manter sua hegemonia

sobre as condições materiais postas no âmbito do trabalho, suas conseqüências incidem diretamente sobre os trabalhadores ou pessoas menos favorecidas.

Estas economias mistas nas quais o capital e o Estado convergem na subordinação do trabalho e das relações de comunidade e de solidariedade, estão longe de produzir respostas adequadas para as necessidades dos seres humanos. Estas economias se mostram eficientes tanto na geração de riqueza quanto também o são na geração da pobreza. Mostram boa capacidade para a produção abundante de bens, mas também produzem males e permitem que uma parte das necessidades humanas sejam satisfeitas e dificultam a satisfação de outras, dando margem a uma qualidade de vida péssima.

Para países como o Brasil, a compreensão acerca do desemprego é complexa, uma vez que, além do problema demográfico propriamente dito, uma PEA (População Economicamente Ativa) ainda muito crescente em relação às condições de mercado de trabalho, agregam-se outros processos altamente perturbadores da oferta de empregos.

Na década de 1970 a América Latina teve crescimento médio anual do PIB (Produto Interno Bruto) por habitante de cerca de 3,0% (o Brasil cresceu 6,1%), apresentando notável expansão industrial, crescimento do emprego urbano, ampliação de exportações não tradicionais, além de introjetar em seu aparelho produtivo a última onda de inovação tecnológica da II Revolução Industrial (Cano, 1993, p.122). Para o Brasil, em termos de mercado de trabalho, os efeitos líquidos desses processos foram altamente positivos, com o conseqüente emprego urbano (tanto o industrial quanto o terciário) crescendo a taxas elevadas, bem próximas as do produto, sendo que as ocupações que mais cresceram foram as que exigiam maior qualificação e melhor remuneravam.

O Brasil alcançou um razoável crescimento econômico até fins da década de 70, pois foi um dos países latino-americanos que tentou se inserir mais ativamente na economia. A modernização dos anos 80 acentuou os ganhos de produtividade e apontou para um novo padrão tecnológico, mas, também assumiu um caráter desigual segundo as diferentes regiões, países, empresas e indivíduos e caracterizou uma distribuição desequilibrada dos benefícios do progresso técnico. Entretanto, a partir do novo governo, em 1990, as políticas de corte neoliberal eliminariam a base maior de proteção com que contavam os setores de vanguarda como informática, microeletrônica, equipamentos de telecomunicações, equipamentos de controle numérico, etc.

O resultado que tiveram os países periféricos devido a mais de uma década de estagnação, foi o aumento da miséria e degradação das condições de vida e de trabalho, o distanciamento crescente, em nível tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais e sua marginalização dos centros financeiros, tecnológicos, comerciais e de poder internacionais.

As políticas aplicadas pelos organismos internacionais centraram-se nas chamadas reformas estruturais. As reformas neoliberais estiveram localizadas na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e do papel do Estado. Embora crescentemente generalizadas a partir de meados dos anos 80, diversos países, inclusive o Brasil, opuseram resistência à sua implantação.

Com o início dos anos 90, observou-se o fim do longo ciclo de crescimento da economia mundial iniciado em 1983 e tornou-se mais patente tanto o caráter ideologizado que as políticas neoliberais assumiram durante a fase de crescimento dos anos 80 e que tanto foi identificado com a modernização conservadora, quanto a diferenciação entre países perdedores e ganhadores da concorrência intercapitalista internacional.

O desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, principalmente no primeiro governo FHC (95/98), são manifestações jamais ocorridas na história do país. O Brasil nunca conviveu com um desemprego tão elevado e com um grau crescente de deterioração das condições de trabalho. Ao contrário, ao longo do século XX, sobretudo, no período

após a II Guerra Mundial, a partir de 1945, o país havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais.

Já nos anos 80, houveram alterações na dinâmica do mercado de trabalho. Expandiu-se o desemprego urbano e uma grande deterioração das condições de trabalho, com a ampliação da informalidade. Nesse período, preservaram-se as estruturas industrial e produtiva, enquanto o desemprego e a precarização eram relativamente baixos, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico da década e ao processo inflacionário.

A forma de desestruturação da antiga relação salarial constitui-se em meio ao início de novas formas de organização do mundo do trabalho sob a emergência da III Revolução Industrial, em condições de debilidade defensiva do trabalho organizado e de fortalecimento ofensivo do capital reestruturado. Em nome da competitividade internacional, o capital procura reestruturar-se movendo-se contra o trabalho organizado.

Surge então, um novo trabalhador. Uma crescente massa de trabalhadores perdem seus antigos direitos e não conseguem inserir-se de maneira competitiva no novo paradigma tecnológico. Acentua-se a fragmentação do mundo do trabalho, rompendo com as diferentes formas de defesa ou segurança do trabalho geradas no segundo pós-guerra que representou um avanço no Brasil, apesar de não chegar a apresentar um estado de bem estar como nos países centrais.

A redução dos níveis de proteção aos direitos do trabalho que haviam sido conquistados no pós-guerra, ampliam a fragmentação e a desestruturação do trabalho, acentua o entorpecimento político e enfraquece o movimento sindical que, reduz ainda mais a solidariedade e a coesão social. Esses fatores geram nos dias de hoje, uma verdadeira desordem do trabalho e ampliam as dificuldades para a reconstrução de uma nova hegemonia transformadora.

Nos países integrantes do Mercosul o desemprego encontra-se elevado. De acordo com a Tabela 1, pode-se visualizar alguns indicadores sobre a taxa de desemprego nos países integrantes do Mercosul desde 1996 até 2000.

Tabela 1 – Taxa de desemprego em porcentagem para os países do Mercosul

Países	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	17,2%	14,90%	12,8%	14,2%	15,1%
Brasil	5,4%	5,7%	7,6%	7,6%	7,1%
Paraguai	8,2%	7,1%	14,3%	16,0%	17,7%
Uruguai	11,9%	11,5%	10,1%	11,3%	13,6%

Fonte: Secretaria Mercosul, Ministério de Economia da Argentina; Bancos Central da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai; IPEA, (Brasil) e CEPAL.

Apesar desses países terem a mesma herança latina, as instituições trabalhistas apresentam diferenças expressivas. No que diz respeito à jornada de trabalho, por exemplo, a lei brasileira limita-a a 44 horas semanais, enquanto que as da Argentina, Uruguai, Paraguai fixam-na em 48 horas. Praticamente, 10% a mais (Dados obtidos de acordo com Pastore (1999)).

O Brasil é o único país que remunera o descanso semanal. No caso brasileiro, essa remuneração representa 18,91% do salário-hora. Em relação à dispensa, na Argentina, Paraguai, Uruguai pratica-se a indenização por tempo de serviço, em geral, um mês por ano. No Brasil, o custo da dispensa é o mesmo (8% ao mês de FGTS) mais a indenização, o que dá um adicional de 40% (Pastore (1999)).

Diferentemente do Brasil que possui um sistema de férias fixas (30 dias por ano), os outros países possuem férias proporcionais ao tempo de firma. Ademais, nenhum país tem o abono de férias. As férias no Brasil custam, aproximadamente,

40% a mais. Os feriados são abundantes em todos os países considerados. Mas, na maioria, poucos são os feriados remunerados. Isso também dá uma diferença a favor do Brasil, onde há 12 feriados remunerados (Pastore, 1999).

No que se refere às licenças por doença, o quadro é o inverso. As despesas das empresas são maiores naqueles países do que no Brasil, onde prevalece o apoio do INSS. Todos os países vêm tentando flexibilizar as suas instituições trabalhistas. A Argentina deu passos decisivos no início do primeiro mandato do Presidente Menem, mas recuou em 1998. No Uruguai, onde não há CLT, tem havido inovações típicas, mas nenhuma reformulou o sistema atual. No Paraguai, a situação encontra-se estagnada (Pastore, 1999).

A expansão da insegurança do trabalho se dá em diferentes níveis como: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho. E a maior insegurança no emprego pode ser observada através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários, etc, que conformam o questionamento progressivo da relação padronizada de emprego, característica do padrão de desenvolvimento norte-americano (De acordo com Mattoso, 1995).

Estas novas formas de trabalho e de trabalhadores apesar de se diferenciarem entre si, também resultam da terceirização levada a cabo pelas empresas e da maior utilização da informática e de outras tecnologias que favorecem o trabalho realizado à distância da empresa. O capital reestruturado buscou reduzir o tamanho da força de trabalho diretamente empregada pelas empresas, substituindo o trabalho integral, de longo prazo ou indeterminado, pelo trabalho temporário e de tempo parcial.

Apesar de não ser um fenômeno recente, a precarização do trabalho tomou maior vulto à partir de 90. Os novos postos de trabalho que surgem em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, ao seu eventual ocupante, as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. Muitos destes postos são ocupações por conta própria.

A precarização do trabalho, desde a década passada, amplifica-se nos países periféricos que possuem legislação trabalhista e fazem observar os direitos legais dos trabalhadores. Ela já se faz sentir no Brasil, ao menos desde 1986/90 intensificando-se desde então (Dados de acordo com Singer, 1999.).

Desse modo, a precarização do trabalho por contratos temporários, sem carteira, dentro de um processo de substituição de trabalhadores a cada trimestre ou semestre, configura-se como um dos principais mecanismos utilizados para dissimular os índices reais de desemprego na conjuntura do trabalho no Brasil.

O desemprego no Brasil atinge índices alarmantes. De acordo com os dados do IBGE, nos anos de 1990, todas as regiões do Brasil apresentaram taxas de desemprego que são o dobro das verificadas no final da década de 1980. Em 1999, segundo a Fundação Seade e o Dieese, as taxas de desemprego corresponderam à cerca de 20% da População Economicamente Ativa (PEA) nas regiões metropolitanas.

Os ajustes macroeconômicos voltados para o controle da inflação e das contas externas, repercutiram sobre o mercado de trabalho. A partir de 1980, diminuiu o ritmo de crescimento dos empregos assalariados e aumentou o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e de trabalhadores por conta própria (Para Krzychete (2000) entre 1980 e 1991, o emprego assalariado total apresentou uma taxa média de crescimento anual semelhante a variação da PEA (2,8%). Mas o emprego assalariado sofreu uma alteração significativa na sua composição, ou seja, houve um aumento do número de assalariados sem registro em carteira. De cada cem empregos gerados neste período, cerca de 99 foram sem registro e apenas um com registro.).

Na década de 1990 é visível o fenômeno do desassalariamento, influenciado pela redução dos empregos assalariados com registro. Em 1989, o total dos assalariados representava 64% da PEA. Em 1995, este percentual diminuiu para 58%. Entre 1994 e 1999, embora a economia apresentasse evolução positiva do Produto Interno Bruto, o volume de emprego assalariado com carteira em todo país reduziu-se em 1,5 milhão (Ver Kraychete (2000, p.18).).

Passa a ocorrer, a partir de 1990, um crescimento das ocupações denominadas de informais (De acordo com Jakobsen (2001), o termo setor informal foi difundido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e Quênia, em 1972. Uma das principais conclusões alcançadas nestes relatórios foi que o problema social mais importante naqueles países não era o desemprego, mas sim a existência de um grande número de trabalhadores pobres, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas, ou regulamentadas pelas autoridades públicas.) como resultado do aumento do desemprego, do desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Isso faz com que cada vez parcelas maiores da população sejam empurradas para formas alternativas de ocupações. Conseqüentemente surgem novos problemas no mercado de trabalho excludente. A ruptura do vínculo empregatício formal representa na prática, a perda dos direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de cidadãos de segunda classe, perdendo inclusive o acesso a direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

Outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como setor não-estruturado, setor não-organizado, ou setor não-protégido, revelando a existência de divergências conceituais para a definição dessas ocupações. Da mesma forma que há diferenças na tentativa de definição do setor informal, também existem outras visões sobre a origem e o papel do setor informal na economia (Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades utilizam-se de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza.).

A origem do trabalho informal na América Latina e no Caribe estaria relacionada à forte migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações nos atrasados meios de produção agrícolas, que dispensaram mão-de-obra neste setor, somado à busca de melhores condições de trabalho na nascente indústria urbana. No entanto, esta não foi capaz, em nenhum momento, de oferecer empregos suficientes e bem remunerados a todos. Isto levou uma parcela expressiva destes migrantes a constituir um excedente de mão-de-obra, que foi obrigado a inventar seu próprio trabalho, principalmente no comércio e no setor de serviços como meio de sobrevivência.

Durante o período 1990-1996, o emprego informal nos países do Mercosul cresceu a uma taxa anual de 4,7%. Estima-se que de cada 100 novos empregos gerados neste período, aproximadamente 85 foram empregos informais. O crescimento do emprego informal foi rápido na Argentina, Brasil e Paraguai. Quanto ao Uruguai, a informalidade aumentou de maneira moderada se comparado com os outros países (De acordo com o Panorama Laboral, 1997).

O aumento do emprego informal nestes países explica-se principalmente por uma maior ocupação nas microempresas. O emprego nesse tipo de estabelecimento cresceu a uma taxa anual de 5,2% durante o período de 1990-1996, os trabalhadores por conta própria obtiveram um crescimento 4,6% e os de serviços domésticos em 3,7%. De cada 100 novos empregos criados no setor informal durante o período, 44 correspondem às microempresas, estabelecimentos que, em fins de 1996 concentraram 40% do emprego informal e 23% do emprego

total de toda região. O aumento do emprego informal deve ser examinado com maior profundidade porque toda sua expansão equivale a um deterioramento da qualidade da estrutura ocupacional.

Dois fatores contribuem para explicar a expansão do emprego nas microempresas. O primeiro, está vinculado à redução do emprego nas grandes indústrias e seus esforços para elevar a competitividade. O segundo, está relacionado com a busca de empregos por parte dos empregados públicos despedidos devido às privatizações e ajuste fiscal. O resultado dessas ações pode ser observado na concentração de novos empregos nas microempresas, onde os trabalhadores obtêm remuneração mais baixa e uma menor proteção trabalhista em comparação com o setor moderno (Segundo o Panorama Laboral (1997, p.13): La inserción ocupacional en los estratos modernos(empresas medianas y grandes) e informal (establecimientos com hasta cinco trabajadores) determina la calidad del empleo a que tienen acceso los trabajadores. Esto obedece a las diferencias que existen en los niveles de productividad e ingresos, calificación, nivel de protección y condiciones de trabajo asociados a los puestos de trabajo en ambos estratos.).

Uma investigação realizada pela OIT em 1997, no que se refere à proteção social, mostra que os trabalhadores das microempresas são muito carentes. Os trabalhadores das microempresas não possuem acesso aos mecanismos institucionais necessários, sindicalização e negociação coletiva para assegurar seus direitos trabalhistas fundamentais.

O Brasil não é muito diferente dos demais países da América Latina no que tange ao fenômeno do trabalho informal. A migração do campo para as cidades entre 1950 e 1980 envolveu mais de 35 milhões de pessoas: além de ser considerado um dos maiores movimentos populacionais do mundo, contribuiu sobremaneira para a formação de excedente de mão-de-obra urbana. Os anos 90 indicam um desempenho negativo, sendo que no período 1995/98 a redução da geração de postos de trabalho formais ocorreu todos os anos, mesmo quando houve algum crescimento do PIB. Todos os setores apresentam recuo do emprego formal, embora a indústria de transformação e a construção civil sejam mais duramente atingidas.

As relações de trabalho sofrem pelo crescimento do desemprego e da informalização **(De acordo com Bortolás (2001) na América Latina o exército de desempregados chega a 40 milhões de pessoas, mas nos próximos 10 anos, se não forem gerados empregos de uma forma intensiva, essa cifra poderá duplicar facilmente. Apesar das reformas econômicas, da correção dos desequilíbrios nas contas públicas, da inflação, das privatizações e da modernização do sistema econômico, acabando com muitos fantasmas tradicionais, durante os anos 90 os países latino-americanos não só não foram capazes de gerar emprego para absorver a nova mão-de-obra que se incorporou ao mercado de trabalho como também foram incapazes de conservar muitos dos que havia. O otimismo dos anos 91-94, quando a economia crescia sem parar, não foi suficiente para gerar empregos. Ao contrário, embora lentamente, nestes anos cresceu o número de desempregados. A economia poderia estar crescente ou decadente, mas a redução sempre aumentava. Durante os últimos anos as notícias tem sido piores. A Argentina, por exemplo, é a porta-bandeira deste complicado recorde. O desemprego chega a 17%, o que significa que nos últimos 10 anos, enquanto se desfrutava de uma relativa bonança, a taxa de desocupados se multiplicou por 3. Enquanto a economia formal se mostra incapaz de gerar emprego, tanto no setor público quanto no privado, o único criador de vagas que está se mostrando eficaz é a economia informal: um amplo rosário de engraxates, de serviços pessoais, de auto-emprego e de vendedores ambulantes sem direito e sem proteção. A título de exemplo da gravidade da situação do**

mercado de trabalho nos países do Mercosul, cita-se os conflitos que vêm sendo registrados na fronteira entre Brasil e Paraguai. Sem condições de emprego em suas cidades de origem, milhares de brasileiros submetem-se a subempregos na condição de trabalhadores informais no país vizinho, particularmente em Ciudad Del Este. A decisão do governo paraguaio de reduzir em 3,5 mil o número de postos de trabalho para brasileiros na cidade foi o estopim para violentos conflitos e confrontos policiais deflagrados ironicamente na ponte batizada de "da Amizade". Os trabalhadores e seus sindicatos ficam debilitados e as empresas adquirem um maior poder no mercado de trabalho. Nessa situação, tornam-se comuns mecanismos contratuais unilaterais ou por empresa, que terminam a longo prazo, por favorecer a desvalorização da contratação coletiva mais setorializada ou centralizada, a preservação de baixos salários e, sobretudo, a ampliação das diferenças de rendimentos dos ocupados, além de acentuar a queda dos níveis de sindicalização.

Com a desestruturação sofrida pelo mundo do trabalho juntamente com os problemas econômicos e sociais despertados pela Terceira Revolução Industrial, agravados pela crise do início dos anos 90, os trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas, mantêm-se na defensiva, sem oferecer alternativas globais capazes de articular as distintas forças de ruptura a modernização conservadora.

3 A FRAGILIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DIANTE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 90

Não se pode negar que o processo de globalização atinge um novo estágio mais abrangente, veloz e muito complexo. O mundo mudou profundamente nas últimas décadas do século XX. Com o novo padrão produtivo e tecnológico da Terceira Revolução Industrial, na qual o ritmo de inovação tem sido rápido e fundamental, impuseram-se mudanças significativas nas relações de trabalho.

Para Presser (1985, p. 87), "As novas tecnologias jogam um duplo papel: facilitam a globalização e exercem papel para ampliá-la. A força motriz da globalização passa a ser o amadurecimento e a difusão internacional desse novo sistema de produção, denominado flexível, enxuto ou toyotismo".

De acordo com Cano (1998), o processo de globalização, encerra duas dimensões, a globalização financeira que resulta da desmedida expansão financeira internacional, propiciada em grande parte pela difusão de novos meios de telecomunicações e pela complacência de muitos Estados nacionais com o livre trânsito de capitais; e a globalização produtiva, que consiste na reestruturação (econômica, técnica, administrativa, comercial e financeira) das grandes empresas transnacionais, cujo resultado mais evidente é a promoção de uma nova divisão internacional do trabalho.

A globalização na sua fase atual nada mais é do que um processo de aceleração capitalista, num ritmo nunca visto antes. As mudanças são impulsionadas, principalmente, pela inovação tecnológica permanente, pelo avanço das telecomunicações, pela internacionalização financeira, do processo produtivo e do consumo, pela industrialização da cultura, pela desregulação e abertura das economias, pela liberalização e ampliação dos mercados e pelo aperfeiçoamento dos transportes. Na verdade, "com a aceleração da globalização, está se implementando no mundo todo outro projeto de desenvolvimento capitalista - transnacionalizado, globalizado, definido em termos de mercados mais amplos" (Ianni, 1996, p.8).

Com a globalização tem-se um novo cenário estrutural e reformas econômicas nos países integrantes do Mercosul, por exemplo:

La globalización significa que los países están hoy más integrados a la economía internacional que en el pasado.

Las reformas comerciales y financieras implicaron reducir las barreras al comercio exterior, mediante la eliminación de las restricciones cuantitativas a las importaciones, la reducción de las tarifas y de su dispersión. La reforma financiera dio origen a un proceso de apertura del mercado de capitales, lo cual coincidió con una fuerte entrada de capitales externos (Panorama Laboral, p.15, 1996).

Nos dias atuais, as mudanças são constantes em todas as direções. Há mudanças na sociedade, nas relações e nos sistemas de representação dos valores e das identidades que se projetam nos meios de comunicação de massa e nas tecnologias da informação. Na realidade, encontra-se uma sociedade "pós tradicional" (Guiddens, 1997) onde o homem deve abandonar os comportamentos e as atitudes que se baseiam no sistema de valores tradicionais.

A sociedade vive um intenso processo de globalização. "A globalização está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande número de pessoas em todo mundo" (Ianni, p.23, 1997). Esta nova etapa do capitalismo traz novas exigências: antes, na era fordista exigia-se obediência, rigidez, concordância e alienação; hoje, na era pós-fordista exige-se dinamismo, criatividade e reflexividade.

Todavia, o embate acerca da globalização está cada vez mais forte e difuso. O entusiasmo vem sendo substituído por um certo medo. O crescimento do desemprego acentua-se cada vez mais. O desemprego é "(...) uma espécie de ponta de iceberg muito maior, qual seja, a deterioração das relações de trabalho" (Singer,1999,p.7).

Com a abertura do mercado, os governos, inclusive, o brasileiro, desregulamentam o comércio externo e o sistema financeiro extinguiram o controle dos preços que tornou o Brasil dependente de maciças entradas de capital externo. O resultado conjunto destas mudanças estruturais tem sido a elevação do desemprego e do subemprego em todas as suas formas e o agravamento da exclusão social.

De acordo com Salama:

A brutal abertura da economia ao mercado internacional, tanto de bens quanto de capitais, e a rápida liberalização dos mercados concomitante à retração do Estado provocaram um choque: os aparatos produtivos transformaram-se profundamente e as relações sociais não são mais as mesmas, com o aumento do desemprego e a forte precariedade do emprego. As importações substituíram em parte a produção nacional, e um verdadeiro processo de dessubstituição de importações foi colocado em prática. As economias – submetidas a esse modelo de crescimento – se movimentam, assim, entre a reestruturação de sua indústria e a grande expansão das exportações, por um lado, e por outro lado a destruição de segmentos importantes de seu aparato industrial e o forte aumento das importações. Conseqüentemente o déficit comercial aumentou de forma desmesurada. Esses déficits precisam ser financiados. A necessidade de financiamento externo é ainda maior porque a esse déficit se agregam o pagamento dos gastos de turismo, do serviço da dívida, e cada vez mais o dos dividendos, conseqüência da poderosa expansão dos investimentos estrangeiros diretos (Salama,1999, p.11).

A economia brasileira não progrediu nos anos 80 depois de ter crescido de maneira intensa nos 50 anos anteriores. Isso refletiu na insuficiente geração de empregos e diante dessa crise o Estado brasileiro perdeu progressivamente a

capacidade para regular o funcionamento da economia e promover o seu desenvolvimento.

Na América Latina, os processos de reestruturação produtiva e seus impactos sociais têm variado de acordo com as diferentes realidades nacionais, dependendo da configuração dos parques produtivos locais, das estratégias de ajuste do setor privado, das opções no campo da política econômica e da capacidade de pressão e negociação do movimento sindical. De um modo geral, o enfrentamento da crise do chamado modelo de desenvolvimento via substituição de importações tem se baseado em programas de corte liberal. A liberalização comercial e financeira, a privatização do Estado e a desregulamentação econômica e social têm sido uma constante (De acordo com Oliveira, p.195, 1998.).

A fragilização do movimento sindical preocupa as centrais sindicais dos países que integram a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) (Conforme Lettieri (1998), a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul é uma articulação informal existente entre as centrais sindicais da região desde 1986, visando constituir um fórum de debates, de solidariedade e de ações sindicais comuns.). As preocupações são relevantes, pois já se notam os efeitos do deslocamento de setores produtivos dentro do Mercosul. Pode se exemplificar da seguinte maneira: quando determinada atividade se muda do Brasil para a Argentina ou vice-versa, a nova instalação vem reestruturada tecnologicamente, gerando menos postos de trabalho que aquele que encerrou no país de origem. Ao se discutir a harmonização da legislação trabalhista, que é diferenciada entre os quatro países, sempre ocorrerá tentativas de nivelá-la por baixo, agravadas pela flexibilização em curso na Argentina e no Brasil.

Segundo Baltar (1998), o desgaste do poder público, permitiu a abertura de espaço para uma tentativa de reorientar o desenvolvimento com uma participação bem menor do Estado na proteção e promoção da produção nacional. Mas, essa reorientação tem significado a desarticulação da estrutura da produção e o menor investimento na ampliação da capacidade produtiva, estreitando-se ainda mais as possibilidades de integração socioeconômica da população pelo emprego.

A falta de emprego é sentida tanto em países desenvolvidos como em países semidesenvolvidos. As políticas fiscais e monetárias tem em vista impedir que a economia se aqueça demasiadamente, o que na prática implica manter uma generosa margem de sobreoferta de força de trabalho. Neste sentido, o desemprego passa a ser um efeito funcional de políticas de estabilização exitosas.

Para Singer (1999), parece ser melhor falar em exército industrial de reserva do que em desempregados devido o importante papel estabilizador que desempenham e também, porque o exército de reserva não compõe-se apenas dos que são vítimas do desemprego aberto, ou seja, dos que estão ativamente procurando e solicitando emprego, que representa uma proporção limitada da população economicamente ativa. No Brasil, onde o seguro-desemprego ainda é um privilégio de poucos, esta proporção dificilmente passa de 5%.

Ao lado dos desempregados ativos, há um outro componente do exército de reserva. São os pobres, os socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias. Segundo Singer (1999), necessita-se de ocupação e não de emprego. A ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce. Emprego assalariado é um tipo de ocupação nos países capitalistas, mas não o único. E tem-se outra generalização enganadora. Como a falta de ocupação é chamada de desemprego, pressupõe-se de modo implícito que a única maneira de alguém ganhar a vida é vender sua capacidade de produção ao capital. Deixando-se de lado as múltiplas formas de atividade autônoma que, na realidade, estão crescendo no mundo inteiro e no Brasil, na medida mesma em que o capital contém seu ritmo de acumulação e tendencialmente reduz o volume de força de trabalho que emprega.

De acordo com o autor mencionado anteriormente, a Terceira Revolução Industrial afeta profundamente o processo de trabalho e expulsa do emprego milhões de pessoas que cumprem tarefas rotineiras, que exigem um repertório

limitado de conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas. Nessas tarefas é que o cérebro eletrônico se mostra superior ao humano, tanto em termos de eficiência quanto de custos. Ao mesmo tempo, as aplicações da microeletrônica criam novos postos de trabalho, provavelmente em menor número, dos quais uma parte requer qualificação elevada e a outra requer apenas prática.

As mudanças em relação ao mercado de trabalho são drásticas, não somente nos países do Mercosul, mas em todo mundo ocorre uma evolução das formas crescentes de precariedade.

Na visão de Lettieri (1998), prevalecem as formas de trabalho por tempo determinado, por meio período, em caráter interino, por períodos especiais, para um só fim de semana, para turnos especialmente sobrecarregados. Difundem-se também formas laboratoriais fundamentalmente subordinadas, mas apresentadas como trabalho autônomo. Cresce o trabalho contingente, casual, sem tutelas coletivas, o campo de aplicação das regras diminui e a desregulamentação transforma-se em uma nova regulamentação confiada ao mercado. Esta é uma realidade que aparentemente é nova, mas que em sua essência, vem dos primórdios do capitalismo, próxima à época em que os sindicatos não tinham ainda se organizado ou eram confinados à margem da legalidade, pois contrastavam com a liberdade de mercado.

Hoje não é essa a situação nos países desenvolvidos, onde o sindicato mantém uma substancial capacidade de agregação social e força política. Mas, não é por acaso que as grandes empresas multinacionais, em suas escolhas de investimento, levam em conta a ausência do sindicato, ou as leis e as políticas que impedem a sua constituição, como nas zonas especiais de exportação dos países em desenvolvimento.

O desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90 jamais havia ocorrido na história de países com o Brasil. De acordo com Mattoso:

A redução dos níveis de segurança do trabalho do pós-guerra, sem a plena configuração de uma nova relação salarial e de um padrão de consumo compatíveis com o salto executado pelas revigoradas forças produtivas, tem ampliado a fragmentação e a desestruturação do trabalho, acentuado a paralisia política e o defensismo estratégico do movimento sindical e reduzido ainda mais a solidariedade e coesão social, que terminam por ampliar as dificuldades de se reconstruir uma nova hegemonia transformadora (1995, p.525).

Cada vez mais piora a proporção entre os que podem comprar e os que precisam vender e cresce a parcela dos que acabam alijados até mesmo dos mercados informais. Mesmo que o exército de reserva não cresça como um todo, aumenta a quantidade de pessoas há muito tempo sem trabalho, que acabam sendo atingidas pela exclusão social. Suas vidas pessoais entram em crise, muitas se agregam aos que vagam pelas ruas sem-teto ou à legião dos desequilibrados mentais. O que tem como contrapartida, a concentração da renda a favor dos que tem investimentos, dirigem empresas ou entidades públicas e dos que continuam usufruindo os direitos trabalhistas como integrantes do núcleo primário de trabalhadores estáveis.

De acordo com Pochmann (1998), o elevado nível de desigualdade na renda não se alterou. Ao contrário, a piora na distribuição de renda e o crescimento das ocupações informais parecem estar associados aos programas de ajuste macroeconômico e de alteração no padrão de competitividade e nos sistemas de proteção social implementados no período recente nos países da América Latina. Os movimentos de incorporação social foram enfraquecidos, enquanto se fortaleceu

o processo de exclusão social e a desigualdade econômica. Com a Tabela 2 pode-se visualizar a distribuição pessoal da renda.

TABELA 2 – Distribuição pessoal da renda nacional em alguns dos países Latino-americanos selecionados em 1980 e 1992 em porcentagem (%)

Países	1º Quintil		5º Quintil	
	1980	1992	1980	1992
Argentina	6,8%	5,9%	45,3%	47,5%
Brasil	3,9%	2,8%	64,6%	62,3%
Uruguai	6,8%	9,0%	46,4%	40,5%

Fonte: Pochmann *apud* CEPAL, 1995.

O quadro de elevado nível de desigualdade na renda não se alterou. A piora na distribuição da renda e o crescimento das ocupações informais parecem estar associados aos programas de ajustes macroeconômicos e de alteração no padrão de competitividade e nos sistemas de proteção social implementados no período recente nos países da América Latina. Os movimentos de incorporação social foram enfraquecidas, enquanto se fortaleceu o processo de exclusão social e a desigualdade socioeconômica.

Para o autor mencionado anteriormente, a evolução do mercado de trabalho após 1980, registrou o crescimento dos níveis de pobreza e indigência. As novas formas de exclusão no mercado de trabalho, com o desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização nas condições e relações de trabalho, complementam um cenário de dificuldades.

O processo de exclusão não se verifica apenas nos países mais pobres muito embora nesses a situação seja mais séria, mas ocorre também em países desenvolvidos.

Segundo Gadelha (1997), nos países onde a política neoliberal é adotada evidencia-se um grande aumento na concentração de renda que caracteriza a exclusão social. O número de miseráveis nestes países aumentou significativamente após a adoção dessa política. Por exemplo, na Inglaterra no final do governo Thatcher, o número de excluídos aumentou conforme a autora, de cinco milhões para treze milhões e novecentos mil. Desse modo, cresce cada vez mais o número de pessoas que estão sem acesso aos meios essenciais à sobrevivência. O aumento da taxa de desemprego não é tão elevada nos EUA, onde vigora o regime de trabalho flexível. Contudo, evidenciam-se nesses dois países um número crescente de pessoas trabalhando em funções precárias (subemprego), o que não deixa de ser uma contundente forma de exclusão dentro do mercado de trabalho.

O crescimento do desemprego foi acompanhado por uma modificação na composição da estrutura ocupacional, com uma diminuição gradativa desde 1980 de mão-de-obra empregada na indústria e no setor primário e um aumento do terciário, que cresce deteriorando-se, absorvendo ocupações instáveis e mal remuneradas.

Na visão de Kraychete (2000, p.21):

Quando os trabalhadores perdem seus empregos regulares e mergulham na informalidade do trabalho por conta própria, experimentam uma diminuição da sua renda média, somada a uma grande insegurança em relação ao futuro e a sua proteção social. Tudo passa a depender do próprio indivíduo, que deve criar e manter seu próprio trabalho. Como não contribuem para a previdência social, os trabalhadores por conta própria, em sua quase totalidade, estão excluídos do direito à aposentadoria e enfrentam a

ameaça incontornável da obtenção de algum rendimento na eventualidade de doenças ou acidentes que interrompam o trabalho que realizam.

A rotatividade de mão-de-obra no Brasil é muito grande, pois existem facilidades tanto para contratar quanto para demitir pessoas. O emprego formal varia de acordo com o ritmo da economia no ano. Também, as leis trabalhistas brasileiras não dificultam a demissão e as empresas encontram facilidades para dispensar porque não existe uma organização sindical forte que possa fazer pressões.

Desse modo:

(...) o trabalho no Brasil é flexível e muito mal remunerado. Sempre é possível, entretanto, torná-lo ainda mais flexível e barato, rebaixando os padrões mínimos de uso e remuneração do trabalho. Caminhar nessa direção é permitir que os empregadores se adaptem à pressão competitiva pelas linhas de menor resistência, o que não necessariamente conduz a uma posição competitiva mais sólida. Deve-se levar em conta, também, que apenas estão começando as grandes transformações na economia mundial. A posição do Brasil na nova situação internacional e o nível de vida que essa posição permitirá à sua população vão depender das decisões que estão sendo tomadas no presente momento (Baltar, 1998,p.158).

Passou-se a ocorrer a subutilização da força de trabalho de modo significativo. A ausência de maior estímulo a criação de empregos regulares e regulamentados possibilitou a ampliação das taxas de desemprego aberto e de ocupações atípicas.

Para Pochmann (1998), o efeito combinado da queda no nível de emprego formal e no poder aquisitivo do rendimento assalariado resultou na redução do padrão de vida das classes trabalhadoras. Em 1990, havia 55,5% de toda PEA urbana na situação de emprego informal ou de desempregados. Três anos depois, em 1993, o contingente de empregados no setor informal e de desempregados representava 58% de toda PEA urbana. Dados esses, extraídos pelo autor através da OIT, 1995. De acordo com a tabela 3, pode-se visualizar melhor essa condição.

Tabela 3 – Estrutura do emprego não-agrícola em porcentagem e em anos selecionados na América Latina

Anos	Setor Informal				Setor Formal		
	Total	Autônomo	Doméstico	Pequena Empresa	Total	Setor Público	Grande Empresa
1980	52,5%	24,6%	6,9%	21,0%	47,5%	15,4%	32,1%
1993	55,2%	26,1%	6,8%	22,3%	44,8%	13,9%	30,9%
Diferença	2,7%	1,5%	-0,1%	1,3%	-2,7%	-1,5%	-1,2%

Fonte: OIT,1995.

Desse modo, torna-se perceptível que tanto no meio acadêmico como fora dele, há interesse por experiências que se diferenciam dos princípios que regem o sistema capitalista, aqueles que se baseiam na solidariedade e não em competição.

Portanto, deve-se observar atentamente até que ponto os trabalhadores participam das mudanças ocorridas nesse novo mundo do trabalho, pragmático e imediatista, pois a cada dia torna-se mais difícil a preservação dos direitos dos trabalhadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer-se referências a respeito das mudanças no mundo do trabalho constata-se que, há dificuldades da sociedade humana viver em harmonia, partilhar espaços, riquezas, oportunidades e conhecimentos com justa distribuição de renda e cidadania. Parece impossível assimilar a visão do todo, sem os extremos da exploração de uns pelos outros imposta pelo sistema capitalista.

Num mundo que se pretende justo, democrático e humano, os resultados são contrários, pois o desemprego surge como principal problema gerado pela globalização. Ele, por sua vez, só aumenta a desigualdade, o cenário da fome, da miséria e da exclusão social.

O ataque do capital reestruturado possui a tarefa de dirigir a sociedade capitalista sob as regras exclusivas da concorrência e do mercado auto-regulável em escala internacional, o que tem dificultado ainda mais a gestação de uma alternativa que aponte para uma nova sociedade capaz de gerar a emancipação crítica do trabalho social e uma nova hegemonia.

A situação atual não é só má como ainda as expectativas de mudanças são bem piores. Diante da precária situação, os trabalhadores excluídos e empobrecidos passam a procurar qualquer forma de emprego. Assumem então, empregos precários ou abertamente informais com jornada excessiva, baixo salário, ausência de serviços vinculados à previdência social, o que resulta em pouca capacidade de discutir acerca das condições do processo de trabalho.

Cada vez mais se escraviza o ser humano a uma condição de dependência total no mercado global e digital, aumentando a aflição e ansiedade, causando violentas crises pessoais diminuindo a soberania das nações e das populações.

Como consequência de um ambiente globalizado, a acumulação flexível está provocando profundas transformações no mercado de trabalho, com novas divisões e distribuições do trabalho e enfraquecimento sindical.

Nesse processo de transição do modelo de desenvolvimento fordista para o modelo de acumulação flexível, o capital se globaliza, se concentra e exclui uma grande parcela da população do mercado de trabalho. Por outro lado, surgem formas descentralizadas de organização da produção. Trabalhadores que antes eram subordinados inteiramente a uma determinada rotina de trabalho têm agora seu trabalho subordinado a uma dinâmica de acumulação capitalista, mas regulada não só por meio de contratos de trabalho, mas também por contratos de prestação de serviços ou de execução de partes da cadeia produtiva. Há um intenso processo de flexibilização do mercado de trabalho. A moderna organização da produção em redes de empresas interligadas cria novas formas de conflito entre o capital e o trabalho, seja na condição de trabalhadores assalariados, seja na de produtores autônomos (De acordo com Singer, 2000.).

Desse modo, o estudo acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho hoje em dia mostra-se de extrema relevância, não apenas pelo fato de ser um assunto discutido mundialmente, mas devido aos trabalhadores dos países do Mercosul estarem mergulhados num índice bastante preocupante de desemprego e exclusão.

5 BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2000.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade (col.). **Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil**. In: Economia & Trabalho. Campinas, SP:UNICAMP.IE, 1998.
- BORTOLÁS, Daniel Ordobás. **Mercado de Trabalho no Mercosul**.2001. Disponível em www.manager.com.br/mercadodetrabalho. Acesso em out. 2003.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista – A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des) Ordem Internacional**. Campinas, São Paulo: ed. da UNICAMP, 1993.
- CARDOSO, Ciro F. & Brignoli, Hector P. **História Econômica da América Latina**. São Paulo:Graal, 1984.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. São Paulo:Zahar, 1974.
- CRUZ, Claudia Ferreira (col.). **O Mercosul e a Integração Econômica Regional:estágio atual da área de trabalho**. In: Globalização e Integração Regional:atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. (Org.). **Globalização e crise estrutural**. In Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais. São Paulo: EDUC, 1997.
- GORENDER, Jacob. **Marxismo sem Utopia**. São Paulo, Ed. Ática, 1999.
- GUIDDENS, Anthony. **A Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.
- IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **O neo-socialismo ronda o globo**. Entrevista a Eduardo Stergi. Zero_Hora. Porto Alegre, p.8, 11 de maio de 1996 (Caderno Cultura).
- ILHA, Adayr da Silva. **Estatísticas Países do Mercosul**. Mestrado em Integração Latino-Americana – UFSM, 2003.
- JAKOBSEN, Kjeld A. **Movimento Sindical, Integração Econômica e Acordos de Comércio**. In: Globalização e Integração Regional: atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998.
- KRAYCHETE, Gabriel, Lara, Francisco, Costa, Beatriz.(Orgs.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, R.J: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1986.
- LETTIERI, Antônio. **Notas sobre a Globalização e sua ideologia**. In: Globalização e Integração Regional:atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998.
- MALAGUTTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.
- MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo:Scritta,1995.
- _____. **O Brasil Desempregado**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1996.
- MUNHOZ, Dercio Garcia. **Economia Aplicada - Técnica de Pesquisa e Análise Econômica**. Editora da UNB, 1989.
- OIT Informa América Latina y El Caribe**. Panorama Laboral, 1996.
- OIT Informa América Latina y El Caribe**. Panorama Laboral, 1997.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de(Org.). **Economia & Trabalho**. Campinas, SP:UNICAMP.IE, 1998.
- PASTORE, José. **Mercado de Trabalho no Mercosul**. nov.1999.Disponível em www.josepastore.com.br/artigos. Acesso em set. 2003.
- POCHMANN, Márcio (col.). **Ajustes macroeconômicos e novas formas de exclusão social: a situação recente na periferia do capitalismo**. In: Globalização e Integração Regional: atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998.

PRESSER, Mário Ferreira. **Indicadores Econômicos FEE**. Vol.23, nº3, Porto Alegre:FEE, 1985.

PRIEB, Sérgio Alfredo Massen. **A Redução do Trabalho vivo e a tese do fim da centralidade do trabalho em Schaff e Gorz: uma crítica marxista**. Tese de Doutorado, Campinas – São Paulo, 2002.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina**. Editorial Boitempo, 1999.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 2ª ed. revisada e atualizada, São Paulo: Martins Fontes,1993.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, elaboração e relatório de estudos científicos**. 6ª ed., Porto Alegre: Sulina, 1977.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3ed., São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul.e POCHMANN, Márcio. e DOMBROWSKI, **Mapa do Trabalho Informal**. In: JAKOBSEN, Kjeld. MARTINS, Renato Osmir (Orgs.) Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

SUPPER, Erich. **As implicações da Globalização para o investimento, o emprego, a renda e a exclusão social**. In: Globalização e Integração Regional:atitudes sindicais e impactos sociais. São Paulo: LTr, 1998.